

Santa Catarina inicia abate humanitário



Primeiro Estado brasileiro a receber o Programa Nacional de Abate Humanitário - STEPS, Santa Catarina se adianta nas vantagens comerciais obtidas a partir da melhoria do manejo pré-abate. Os treinamentos, realizados pela Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) são obrigatórios para os profissionais dos Serviços de Inspeção Federal e Estadual (SIF e SIE). Os fiscais dos Serviços de Inspeção Municipais (SIM) e os Responsáveis Técnicos dos estabelecimentos são convidados a participar. Executivos e técnicos das indústrias também acompanham e percebem, na prática, os benefícios das técnicas apresentadas.

————— *Pág. central*

Identificação de animais

Municípios catarinenses iniciam implantação de microchips em cães e gatos. E Assembléia Legislativa analisa Projeto de Lei que estabelecerá obrigatoriedade do uso do microchip em todo o Estado. CRMV-SC participa da elaboração do texto.

————— *Págs. 06 e 07*



ARTIGO

Apicultura em destaque

Pela primeira vez na história, o tema integrou programação oficial do Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária.

————— *Pág. 14*

Confira também o artigo *Facoemulsificação*.

————— *Pág. 11*

Marketing

O impacto da comunicação não verbal no lucro da empresa. Especialistas explicam como utilizar a percepção do cliente a seu favor.

————— *Págs. 12 e 13*

Gestão

Médico Veterinário Eroni Barbieri assume a Secretaria de Estado da Agricultura e anuncia contratações.



————— *Pág. 15*



Iniciamos o ano com a pretensão de aproximar ainda mais o CRMV-SC dos Médicos Veterinários, Zootecnistas e das empresas registradas na instituição. Diversas ações estão sendo planejadas, pela diretoria e pelas Comissões

Especiais, com o objetivo de promover eventos técnicos, ações conjuntas, criar oportunidades, ou seja, colaborar para a constante atualização e qualificação profissional e crescimento do setor.

Entre as inovações de maior visibilidade, sem dúvida, está a reformulação deste informativo. Após várias reuniões, discussões e sugestões, o Informe CRMV ganhou mais páginas, novas seções, reportagens especiais e teve a sua tiragem ampliada. Agora, o principal veículo de comunicação do Conselho é enviado a todos os profissionais e empresas registradas, além de autoridades, representantes da Imprensa, universidades e demais instituições afins. Por trás dessa ação está o nosso interesse de divulgar a excelência da Medicina Veterinária e da Zootecnia catarinense e a nossa disposição em melhorar cada vez mais.

Moacir Tonet
Médico Veterinário (0837/VP)
Presidente do CRMV/SC

Portal oferece serviços e muito mais



O site do CRMV-SC reúne diversos serviços e informações necessárias ao dia-a-dia profissional de Médicos Veterinários e Zootecnistas e, também, para as empresas do setor. Acessando www.crmvsc.org.br, você encontra, ainda, oportunidades de trabalho, artigos científicos, legislação, cursos e eventos.

No link **ART** estão disponíveis formulários específicos para cada atividade, inclusive para Avicultura e para Eventos. Ali também está divulgada a tabela de honorários para Responsabilidade Técnica. No espaço **Serviços** estão a **Consulta Pública**, com a relação de profissionais de todo o País e, também, de todas as empresas registradas no sistema com seus respectivos RTs. O profissional pode, aqui, acessar o seu cadastro (**Siscad/CFMV**), emitir boletos e, até, a **certidão negativa**. Neste link está o campo **Currículo**, para aproximar profissionais e empresas interessadas em seus serviços (acesse e descubra como enviar). No **Vagas de Emprego**, o CRMV-SC publica notícias sobre oportunidades de trabalho e concursos públicos para o setor. As empresas podem enviar as ofertas pelo e-mail imprensa@crmvs.org.br

Denúncias – No site foi criado um espaço com orientações sobre como proceder para

encaminhar denúncias ao setor de fiscalização do CRMV-SC, tanto de exercício ilegal da profissão como de empresas não habilitadas para a atividade que exercem. No link há orientações e os formulários correspondentes. As denúncias podem ser feitas, também, pelo e-mail ouvidoria@crmvs.org.br.

Fique por dentro - O CRMV-SC mantém um Boletim Informativo semanal, divulgando notícias do setor, oportunidades de trabalho, cursos, eventos e informações sobre a atuação do Conselho. O serviço conta com a seção Na Imprensa, na qual são apresentadas reportagens veiculadas nos principais jornais do Estado. Cadastre seu e-mail no www.crmvsc.org.br.

CRMV-SC mais perto de você

Com o fortalecimento das Delegacias Regionais, o Conselho descentralizou as atividades, otimizando o trabalho e facilitando o contato dos profissionais e das empresas do setor. Todos os serviços devem ser solicitados à unidade do CRMV-SC mais próxima. No link Delegacias do site www.crmvsc.org.br você encontra a relação dos municípios de abrangência de cada regional e, também, orientações de como chegar às unidades.

Delegacia Regional Planalto

Delegado: Méd. Vet. Henry Antonio Carlesso
Avenida Luiz de Camões, 915 Sl 5 - Centro Empresarial Asteca
Bairro Coral – Lages/SC
Horário de Atendimento: 12h às 18h
Fone/Fax: (49) 3223-4109 / 9983-1413
delegacialages@crmvs.org.br

Delegacia Regional Oeste

Delegado: Méd. Vet. Everton José Poletto
Rua Egito, 31 – Bairro Maria Goretti
Chapecó/ SC
Horário de Atendimento: 12h às 18h
Fone/Fax: (49) 3328-4704
delegaciachapeco@crmvs.org.br

Delegacia Regional Sul

Delegado: Méd. Vet. Diego Heinzen
Rua Cel. Pedro Benedete, 46 - SL 211
Centro. Criciúma/SC
Horário de Atendimento: 12h às 18h
Fone/Fax: (48) 3433-5517
delegaciacriciúma@crmvs.org.br

Delegacia Regional Norte

Delegada: Méd. Vet. Andrea de Queiroz Brundo
Av. Juscelino Kubitschek, 410 SL 106ª
Centro. Joinville/ SC
Horário de Atendimento: 12h às 18h
Fone: (47) 3433-5930
delegaciajoinville@crmvs.org.br

EXPEDIENTE



Informe CRMV-SC

Rodovia Admar Gonzaga, 755 – 3º andar
88034-000 - Itacorubi - Florianópolis/SC
(48) 3232.7750
www.crmvsc.org.br

Jornalista Responsável:
Leticia Wilson (DRT/RS 8.757)
Conselho editorial:
Médicos Veterinários Dilamar Rudolf Sartor,
Henry Antonio Carlesso e Nelson Sell Duarte

Editoração e impressão: Gráfica Rocha

Tiragem: 8 mil exemplares

imprensa@crmvs.org.br

Gestão 2008-2011

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Méd. Vet. Moacir Tonet – CRMV-SC Nº 0837
Vice-Presidente: Méd. Vet. Albert Lang - CRMV-SC Nº 1617
Secretária-Geral: Méd. Vet. Dilamar Rudolf Sartor - CRMV-SC Nº 0539
Tesoureiro: Méd. Vet. Pedro Jeremias Borba - CRMV-SC Nº 0285

CONSELHEIROS EFETIVOS:

Zootecnista Amir Dalbosco - CRMV-SC Nº 0026
Méd. Vet. Jorge Alberto Gurrulat da Costa - CRMV-SC Nº 1541
Méd. Vet. Lauren das Virgens Ventura Parisotto- CRMV-SC Nº 2578
Méd. Vet. Henry Antonio Carlesso - CRMV-SC Nº 0494
Méd. Vet. José Alves da Silva - CRMV-SC Nº 0513
Méd. Vet. Marcelo Henrique Puls da Silveira - CRMV-SC Nº 1646

CONSELHEIROS SUPLENTE:

Méd. Vet. Liliann Kelly Granemann - CRMV-SC Nº 2434
Méd. Vet. Patrícia dos Santos Coutinho - CRMV-SC Nº 2248
Méd. Vet. José Bozzato Sobrinho - CRMV-SC Nº 1972
Méd. Vet. Carla Zoche - CRMV-SC Nº 3220
Méd. Vet. Edson Henrique Veran - CRMV-SC Nº 0485

PARTICIPE
Esse informativo é seu! Envie sugestões de pautas e artigos para imprensa@crmvs.org.br.

Estado amplia vacinação contra a febre amarela

Doze municípios do Planalto Serrano e do Meio Oeste passaram a integrar a área de imunização

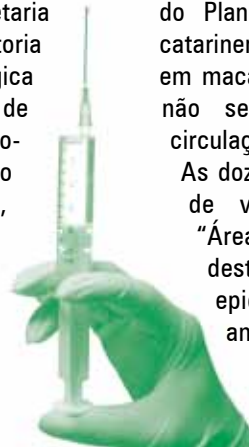
O Estado de Santa Catarina está ampliando as áreas de vacinação contra a febre amarela. A área de imunização obrigatória para todos os habitantes abrange, agora, 39 cidades, a partir da inclusão de Alto Bela Vista, Concórdia, Itá, Paial, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Chapecó, Guatambú, São Carlos, Bom Jardim da Serra, Lages e São Joaquim. Em 32 municípios a vacinação será feita apenas na população rural. A vacina será também incluída no calendário básico de vacinação de todas as crianças menores de um ano em 115 municípios catarinenses.

A medida é preventiva, em função da ocorrência da doença em municípios

vizinhos do Paraná, em 2008, e do Rio Grande do Sul, no ano passado. Em função disso, em abril de 2009 a Secretaria de Estado da Saúde/Diretoria de Vigilância Epidemiológica implantou a vigilância de epizootias em primatas não-humanos (macacos), orientando os serviços de saúde locais, população e demais instituições quanto à necessidade de informar sobre adoecimento e/ou morte de macacos nessas regiões. Entre 3 de abril e 31 de agosto foram notificadas 28 epizootias envolvendo

45 primatas não-humanos (macacos), sem diagnóstico laboratorial, em dez municípios do Planalto Serrano e do Meio Oeste catarinenses. Nenhum caso foi confirmado, em macacos ou em humanos; entretanto, não se descarta a possibilidade da circulação viral em território catarinense.

As doze cidades inseridas na campanha de vacinação são desta chamada "Área de transição". No transcorrer deste ano, será avaliada a situação epidemiológica e a necessidade de ampliação da vacinação.



Em alerta

"Desde 1966 não são registrados casos de Febre Amarela Silvestre em Santa Catarina", tranquiliza a bióloga Juliana Rossi, responsável pelo Programa de Vigilância e Controle da Febre Amarela no Estado. Entretanto, segundo ela, a população destas regiões, em especial, deve estar em alerta máximo para observar a ocorrência de macacos doentes ou mortos, avisando, imediatamente, o serviço de saúde do município. "A morte de um primata não humano é um indicativo. Em 24 horas após a morte deve ser feita a necropsia e encaminhamento de material ao laboratório, conforme Portaria Ministerial", explica. De imediato, as equipes fazem uma investigação local e avaliam a necessidade de vacinar ou não a população residente da região. Vale lembrar que a Febre Amarela é uma doença de notificação obrigatória e imediata.

Manual de Zoonoses

Informações completas sobre a Febre Amarela estão disponíveis no Manual de Zoonoses, editado em parceria pelos CRMVs da Região Sul e distribuído a todos os Médicos Veterinários atuantes no Estado no início deste ano. Os dados também estão divulgados no site do programa – www.zoonoses.org.br. Os profissionais interessados podem enviar artigos científicos sobre qualquer zoonose. Toda a contribuição é bem-vinda.



Seminário de RT



Processos éticos

Resumo dos julgamentos dos processos éticos profissionais deste ano.

(1) Acórdão nº 0012 – Julgamento em 10/02/2010. Denúncia de propaganda pessoal e divulgação de serviços profissionais de forma não discreta. Anúncio em veículo de comunicação de massa de honorários fora dos valores referenciais regionais. Improcedente.

(2) Acórdão nº 0013 – Julgamento em 10/02/2010. Denúncia de que profissional está atuando sem a devida regularização com suas obrigações legais junto ao CRMV-SC. Procedente. – Advertência confidencial, considerando-se as atenuantes do infrator.

(3) Acórdão nº 0014 – Julgamento em 10/02/2010. Denúncia de infração à Ética devido ao atendimento de felino em pronto-socorro específico para atendimento humano. Improcedente.

Já estão abertas as inscrições para as novas edições do Módulo 1 do Seminário de Ética e Habilitação em Responsabilidade Técnica promovido pelo CRMV-SC. Os eventos serão em Xanxerê, no dia 5 de maio, no auditório da Unoesc; e em Lages, no dia seguinte, no auditório do CAV/Udesc. As inscrições são três quilos de alimentos não perecíveis. Importante lembrar que a participação é obrigatória para renovação e/ou homologação da ART no Conselho. Acesse o site www.crmvsc.org.br e faça a sua inscrição.

REPRESENTATIVIDADE

Confira os eventos dos quais o CRMV-SC participou nos últimos meses:

- **Formatura Medicina Veterinária na Unoesc** - dia 5 de fevereiro, em Xanxerê
- **Aula inaugural do curso de Medicina Veterinária da FAI** - dia 8 de fevereiro, em Itapiranga
- **Aula Magna da Medicina Veterinária no Instituto Federal Catarinense** – dia 25 de fevereiro, em Concórdia
- **Fórum de Zoonoses** – dia 4 de março, em Joinville
- **Reunião sobre RTs em rodeios** – dias 11 e 12 de março, em Criciúma e Tubarão
- **IX Reunião do Fórum Nacional dos Zootecnistas** – dias 11 e 12 de março, em São Paulo
- **Reunião sobre operação Farra-do-Boi da Polícia Militar** – dia 18 de março, em Florianópolis
- **Reunião das Comissões de Saúde Pública dos CRMVs** – dias 25 e 26 de março, em Brasília
- **XIX Seminário de Iniciação Científica do CAV/Udesc** - dia 24 de março, em Lages
- **Reunião Administrativa dos CRMVs** – dia 3 de março, em Foz do Iguaçu
- **Reunião Dep. Recursos Humanos dos CRMVs do Sul** – dia 30 de março, em Florianópolis
- **Reunião dos presidentes dos CRMVs do Sul e de SP** – dia 30 de março, em Florianópolis
- **Reunião com a Vigilância Sanitária de SC** – dia 31 de março, em Florianópolis

De casa nova



Zootecnista Amir Dalbosco, conselheiro do CRMV-SC; e os Médicos Veterinários Everton Poletto, Delegado da Regional Oeste; Moacir Tonet, presidente do CRMV-SC; Rodrigo Santana Toledo, presidente do Núcleo Oeste; e Pedro Jeremias Borba, diretor Tesoureiro do CRMV-SC.

A Delegacia Regional Oeste do CRMV-SC, em Chapecó, foi transferida para uma nova sede, na Rua Egito, 31 no bairro Maria Goretti. A diretoria visitou o local, em março, e estabeleceu parceria com o Núcleo Oeste de Médicos Veterinários para que

a entidade também utilize as instalações, melhorando o atendimento aos profissionais da região. No encontro, debateu-se sobre a realização de eventos alusivos ao Dia do Zootecnista, em maio, e ao Dia do Médico Veterinário, em setembro.

Conselho facilita pagamento de dívidas, mas inadimplência permanece alta

Os profissionais e empresas que possuem débitos juntos ao CRMV-SC podem parcelar suas dívidas. O departamento de Cobrança da instituição facilita a negociação para evitar cobranças judiciais. No dia 31 de março encerrou o prazo para participar do Programa de Parcelamento de débitos fiscais, instituído pela Resolução do CFMV nº 924 de 2009, que previa descontos na multa e nos juros proporcionais ao número de parcelas. A participação, entretanto, ficou abaixo das expectativas.

Conforme os dados do CRMV-SC, até o dia 31 de março deste ano, 53% do total de profissionais registrados e 64% das empresas inscritas estão inadimplentes com o Conselho. Vale lembrar que os Médicos Veterinários e Zootecnistas que não estiverem em dia com o Conselho não podem homologar e/ou renovar ART.

Entre em contato com o departamento para negociar seus débitos - cobranca@crmvc.org.br.

Produção Animal Sustentável

Congresso pioneiro na região Sul debaterá o tema em Chapecó



Apesar de parecer utópico, é possível caminhar para a produção de alimentos de melhor qualidade, livres de agrotóxicos e produzidos de forma menos impactante ao meio ambiente, contanto que haja interesse da sociedade, ou de parte dela, e um amplo apoio técnico e de políticas públicas. A opinião é do Engenheiro Agrônomo Dilmar Baretta, Mestre e Doutor em Agronomia, professor na Área de Solos e Sustentabilidade do Departamento de Zootecnia do Centro de Educação Superior do Oeste da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEO/UDESC), em Chapecó. Para ele, a demanda por debates sobre a produção animal sustentável representa um dos maiores desafios para os técnicos, produtores e para a comunidade científica dos cursos de Agronomia, Biologia, Engenharia Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia da região Sul do Brasil. “Todavia, é sabido que a noção de sustentabilidade tida pela maioria dos profissionais que atuam na produção animal permanece cercada por dúvidas e contradições”, ressalta.

Existe no Brasil uma demanda por pesquisas e técnicas que possibilitem a produção animal sustentável, bem como de difusão das mesmas, levando seus resultados à cadeia produtiva. “Entretanto, a maioria dos eventos na região Sul do Brasil trata do desenvolvimento pecuário com um perfil muito mais produtivista, sem levar em consideração às questões ambientais”, argumenta Baretta, presidente do I Congresso Sul Brasileiro de Produção Animal Sustentável (I ANISUS), que será realizado de 12 a 14 de maio em Chapecó. O evento é promovido pelo Departamento de Zootecnia do CEO/UDESC, em parceria com a EMBRAPA Suínos e Aves (Concórdia/SC); a EPAGRI/CEPAF (Chapecó/SC); e com

a Sociedade Brasileira de Especialistas em Resíduos da Produção Agropecuária e Agroindustrial – SBERA.

O Congresso abrangerá as seguintes temáticas: Gerenciamento de resíduos; Socioeconomia; Legislação Ambiental e Trabalhista; Zootecnia de Precisão; Eficiência Energética e Sistemas de Produção. “O I ANISUS tem como objetivos contribuir com a disseminação e discussão de técnicas alternativas e sustentáveis de produção animal, despertando nos meios técnico, produtivo e científico, a preocupação com a necessidade de mudanças nos paradigmas de desenvolvimento e produção do setor Agropecuário, assim como promover a interação entre os diversos atores da cadeia produtiva”, explica Dilmar Baretta. De acordo com o presidente do evento, estão previstas 18 palestras com profissionais renomados, além de apresentações de trabalhos.

Gestão de resíduos

As recentes transformações na pecuária nacional, principalmente a partir do seu aumento de escala de produção e da especialização dos produtores, geraram uma quantidade elevada de resíduos que não conseguem mais ser adequadamente reciclados apenas no âmbito da propriedade, através da fertilização das áreas agrícolas.

O manejo dos resíduos animais se dá, predominantemente, na forma líquida ou semi-sólida. Este é depositado em tanques de armazenamento para posterior transporte para as áreas de lavoura. Nesse processo, os dejetos geram metano, amônia e outros gases que provocam cheiros desagradáveis e contribuem para as mudanças climáticas. Outros riscos são ocasionados pela presença de elevados níveis de nutrientes (nitrogênio, fósforo, potássio, cobre e zinco) nos recursos naturais, em consequência da adição excessiva de dejetos no solo. Estas situações podem provocar uma série de problemas de saúde humana e ao ecossistema.

A necessidade de se considerar a variável ambiental na atividade pecuária cresce em importância a cada dia, quer seja por uma maior consciência ambiental dos produtores, quer seja pelo aumento das exigências dos órgãos fiscalizadores e da sociedade. Para enfrentar tais desafios torna-se fundamental a utilização de uma visão de gestão ambiental da atividade, não limitada aos aspectos de gerenciamento dos resíduos, mas que busque uma integração de ações e que priorize as medidas de caráter preventivo.

A magnitude e as especificidades dessa gestão ambiental e do gerenciamento dos resíduos demandam uma concepção mais especializada do problema ambiental, que é desconhecida da maioria dos técnicos que orientam a atividade pecuária e que foram preparados basicamente para lidar com os aspectos zootécnicos. Ou seja, a questão ambiental está demandando a contribuição de enfoques mais abrangentes e integrados para ser adequadamente tratada.

Zootecnista - Julio Cesar Pascale Palhares
Secretário Executivo da SBERA



I Congresso Sul Brasileiro de Produção Animal Sustentável (I ANISUS)

De 12 a 14 de maio
Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, Chapecó/ SC

www.anisus.com.br

Santa Catarina planeja a identificação de animais

Medidas para controle populacional de cães e gatos são adotadas por municípios. Uso do microchip pode ser obrigatório em todo o Estado

A redução do número de animais nas ruas é a principal preocupação de profissionais da saúde da maioria das cidades brasileiras. E não são poucas as iniciativas para minimizar os riscos à saúde pública e combater o abandono e os maus tratos de cães e gatos. A adoção do microchip vem se fortalecendo como uma alternativa eficiente para o problema. Os dispositivos já estão sendo implantados em Lages; em Florianópolis, o uso já é lei; e, em breve, poderá ser obrigatório em todo o Estado.

Tramita na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) o Projeto de Lei (PL) 0207.3/2008, que dispõe sobre o controle de cães e gatos no território catarinense com a colocação de microchip. Demandado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesc, o CRMV-SC encaminhou extenso material com sugestões para adequação da lei (leia box). “O principal objetivo é imputar responsabilidade às pessoas que compram ou adotam os animais. Não podemos permitir que cães e gatos sejam maltratados, esquecidos, e nem que pessoas sejam vítimas desses animais, que podem se tornar violentos e acabar gerando sérios problemas. É preciso entender que eles são seres vivos, que devem ser respeitados e que precisam de boa alimentação, condições de higiene e boa saúde. Isso beneficia a todos”, argumenta o deputado Gelson Merísio, autor do PL 0207.3/2008. O Projeto já foi aprovado na CCJ e recebeu parecer favorável na Comissão de Finanças e Tributação, com emenda substitutiva global. A matéria ainda terá de ser analisada pela Comissão de Saúde da Alesc. Se transformado em lei, a sua aplicabilidade passará por sua regulamentação em cada município. “Mas é importante que se considere o benefício que trará a médio e longo prazo. Doenças podem ser evitadas e as condições de higiene nas ruas das cidades devem melhorar muito”, reforça Merísio.



Foto arquivo pessoal / Dr. Henry A. Carlusso

CCZ de Lages pretende aplicar microchip em 24 mil animais

atendendo a população em dois dias da semana e estuda campanhas nos bairros. “Queremos priorizar o atendimento à população de baixa renda, nas localidades onde há maior incidência de animais de rua”, afirma Geanice. Segundo ela, durante essas ações nos bairros será feito o cadastramento destas famílias para uma futura campanha de castração dos animais.

Pioneirismo no Estado

Lages saiu na frente na obrigatoriedade da identificação e registro de cães e gatos. A Lei Complementar 313/2008, sancionada no dia 3 de setembro de 2008, estabeleceu normas sobre criação de cães e gatos na cidade, incluindo a determinação de registro de todos os animais no órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão. Passado o processo de licitação para a aquisição de microchips para identificação dos animais, o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) já iniciou a implantação. “Em março, aplicamos somente nos cães que foram adotados e nos que foram resgatados. Agora em abril iniciaremos a implantação em toda a população”, explica a Médica Veterinária Geanice Ledo, coordenadora do CCZ de Lages.

A expectativa é implantar microchips em 24 mil animais – total da população de cães e gatos estimada no município. Neste primeiro mês, o CCZ está

Na Capital, a obrigatoriedade da identificação eletrônica dos animais aguarda apenas a sanção do prefeito ao projeto aprovado pela Câmara de Vereadores de Florianópolis no dia 9 de março. De autoria do Executivo, o PL prevê a utilização de microchip em todos os animais das espécies canina, felina, equina, asinina, de tração ou não, no município. No equipamento serão registrados dados como nome e endereço do proprietário, idade do animal e data da esterilização, entre outras informações importantes. Estas serão registradas em uma base de dados, que estará disponível na central de dados na Diretoria do Bem-Estar Animal, Centro de Controle de Zoonoses ou até mesmo online. Com a obrigatoriedade da identificação eletrônica, a Prefeitura espera inibir a criação de animais “em fundo de quintal”, assim como a venda indiscriminada. Animais de tração sem condições de trabalhar também terão seus proprietários identificados e punidos, conforme o projeto. Assim que decidir pela implantação efetiva da lei, a Prefeitura fornecerá o certificado de identificação eletrônica, capacitará pessoal para aplicação do microchip e criará um sistema de banco de dados, disponibilizando-o num site, dentre outras providências.

Alesc acata as sugestões do CRMV-SC ao projeto

Consultado pelo Poder Legislativo, o CRMV-SC mobilizou técnicos da área para elaborar propostas ao Projeto de Lei 0207.3/2008, que estabelece a obrigatoriedade do uso do microchip em cães e gatos no Estado. O completo material, com detalhadas considerações, foi acatado quase por completo, de acordo com o advogado Ricardo Brandt Naschenweng, assessor jurídico do gabinete da deputada Profa. Odete de Jesus, relatora do projeto na Comissão de Finanças e Tributação da Alesc. O parecer, com substitutivo global, foi aprovado por unanimidade na Comissão. O PL tramita agora na Comissão de Constituição e Justiça. No dia 14 de abril havia sido encaminhado ao gabinete do relator, dep. Cesar Souza Júnior. Após análise na CCJ, a matéria seguirá para o pleno da Casa.

Dentre as sugestões apresentadas pelo CRMV-SC para a efetiva aplicabilidade

da lei nas cidades catarinenses esteve a criação do Departamento de Controle e Proteção Animal nas prefeituras municipais, vinculado às Secretarias Municipais de Saúde. A coordenação do órgão ficaria a cargo de um Médico Veterinário e as equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) ofereceriam apoio para o cadastramento dos animais. A implantação do microchip seria feita por um Médico Veterinário do PSF e de clínicas conveniadas. O custo de cadastro e da implantação do microchip ficaria sob responsabilidade dos proprietários dos animais, sendo gratuito para pessoas com renda familiar de até três salários mínimos, aos donos de animais comprovadamente castrados e aos comprovadamente adotados por meio de instituições sem fins econômicos, entre outros casos. A proposta, com dez páginas, inclui critérios para comércio de cães e

gatos, posse responsável, apreensão e destinação dos animais e traz definições de estabelecimentos veterinários e sobre maus tratos. Em relação ao controle populacional de cães e gatos, o CRMV-SC sugere a implantação de um Programa Permanente de Controle Reprodutivo de Cães e Gatos pelos municípios, em parceria com as instituições de ensino superior locais, estabelecimentos veterinários, iniciativa privada ou em estrutura própria. E ressalta que o credenciamento de estabelecimentos e a estrutura para realização de cirurgias passará pela aprovação do CRMV-SC. Segundo Naschenweng, apenas duas emendas foram feitas à proposta, uma relativa à criação de uma taxa sobre venda de animais (obrigatoriedade substituída por sugestão) e outra excluindo a proposta de permissão de venda apenas de animais castrados.

Castração responsável

É incontestável que o controle populacional de cães e gatos é urgente e necessário. O número de animais cresce vertiginosamente, provocando, em consequência, o aumento da quantidade de bichos abandonados nas ruas de todas as cidades do País – um crime, previsto na legislação brasileira há de se registrar. Esses animais, entregues a própria sorte, correm os mais diversos riscos, sujeitos a maus-tratos, atropelamento. E são uma ameaça à saúde pública, pois são inúmeras as doenças que podem ser transmitidas por eles ao homem. Importante considerar que muitos cães, doentes e/ou famintos, tornam-se agressivos e podem atacar quem se aproximar deles.

É de conhecimento de todos, igualmente, que os centros de acolhimento desses animais já estão com a capacidade lotada e que, por mais bem intencionadas que sejam essas organizações, a estrutura existente é finita, desproporcional à demanda crescente. As campanhas de esterilização são fundamentais e demonstram ser eficientes para a construção de uma realidade diferente a médio e longo prazo. E não apenas dos cães e gatos que são recolhidos nas ruas e levados para os abrigos; mas, principalmente, daqueles que hoje têm uma família cujas condições financeiras podem levar ao seu abandono ou ao de seus filhotes.

Para a efetividade de tais ações, o

poder público, a comunidade científica, a sociedade civil organizada e a população em geral precisam fazer a sua parte. Os Médicos Veterinários - únicos profissionais habilitados a realizar as cirurgias de castrações – estão cada vez mais sensibilizados e envolvidos nas campanhas de esterilização, doando tempo, conhecimento e, até, estrutura para a realização dos procedimentos. Todas as iniciativas para viabilizar a esterilização desses animais são válidas. PORÉM, há de se respeitar os procedimentos técnicos e a conduta ética inerentes à intervenção. Há exigências mínimas de higiene e segurança a serem observadas para diminuir o risco de infecções. Além disso, é preciso garantir um pós-operatório adequado à cirurgia realizada, para evitar complicações que podem, eventualmente, provocar a morte do animal. Esta é uma questão legal, moral e de humanidade. Realizar a castração de animais de forma profissional é encarar o problema da superpopulação de cães e gatos com seriedade e responsabilidade e tratar os animais com o respeito e o cuidado que merecem.

Albert Lang
Médico Veterinário
Vice-presidente do CRMV-SC
Artigo publicado no Jornal A Notícia
no dia 21 de março de 2010

Controle populacional poderá ter lei federal

Aguarda votação no Plenário do Senado o Projeto de Lei Complementar 4/2005, que dispõe sobre o controle populacional de cães e gatos. De autoria do deputado Affonso Camargo, e originária da Câmara em 2003, a matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos no dia 16 de março e na Comissão de Assuntos Sociais, no dia 31. O PLC propõe a vacinação sistemática, captura e esterilização de animais, sendo vedada a prática de outros procedimentos veterinários, como o sacrifício de animais saudáveis. A educação para a guarda responsável de animais também está determinada no projeto. Para viabilizar a execução do programa de controle populacional, o projeto permite às unidades de controle de zoonoses o estabelecimento de parcerias com clínicas veterinárias e entidades de proteção aos animais. As despesas de execução serão cobertas por recursos provenientes da Seguridade Social da União, mediante contrapartida mínima dos municípios de 10%.

Abate humanitário em Santa Catarina

Profissionais são treinados no projeto piloto do programa nacional que pretende melhorar o manejo dos animais de produção



Treinamentos reúnem profissionais de Inspeção e RTs de frigoríficos catarinenses

Frigoríficos e abatedouros de Santa Catarina participam, até julho deste ano, do projeto piloto do Programa Nacional de Abate Humanitário – STEPS, lançado no ano passado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA) com o objetivo de melhorar o manejo pré-abate. Os treinamentos são obrigatórios para os profissionais dos Serviços de Inspeção Federal e Estadual (SIF e SIE). Os fiscais dos Serviços de Inspeção Municipais (SIM) e os Responsáveis Técnicos dos estabelecimentos são convidados a participar. Até o final do ano passado, 621 profissionais já haviam sido treinados pela equipe de instrutores de bem-estar animal da WSPA.

Os treinamentos abrangem assuntos como a história do bem-estar animal, comportamento e manejo, conforto térmico, ambiente e estrutura da área de descanso, abate emergencial, insensibilização, sangria e por fim, qualidade da carne. Em frigoríficos com Inspeção Federal, são dois dias de treinamento teórico-prático, com a participação de fiscais agropecuários, agentes e auxiliares de inspeção que lidam diretamente com o manejo dos animais. Por parte da indústria, são convidados os integrantes da garantia da qualidade, gerente industrial, técnicos de manutenção, líderes de área, pessoal da agropecuária, entre outros. Em abatedouros com Inspeção Estadual

e Municipal, o treinamento teórico-prático de cada espécie é realizado em um dia, em cada Regional da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), na qual escolhe o abatedouro que possui equipamento de abate humanitário onde será a prática. O grupo conta, ainda, com a presença de inspetores, Responsáveis Técnicos (RTs) dos abatedouros da Regional em questão, bem como de seus proprietários. “O principal objetivo de reunir fiscalização e indústria no mesmo treinamento é padronizar as informações e proporcionar a reciclagem do conhecimento dos profissionais sobre bem-estar animal”, explica Tatiane Dandin, Supervisora de Bem-estar Animal da WSPA. Na sua avaliação, o resultado tem sido excelente. “Diversas dúvidas em relação ao bem-estar animal na etapa pré-abate e abate foram discutidas entre todos os participantes, com esclarecimentos sob ponto de vista científico, embasados nas melhores referências sobre bem-estar animal em nível mundial. Ideias de melhorias em instalações, manejo, insensibilização e sangria, também foram propostas, já que os treinadores fazem um diagnóstico inicial da planta sobre principais problemas em relação ao assunto”, complementa.

Os treinamentos contam com a cooperação do MAPA, da União Brasileira de Avicultura (UBA), da Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF), da Associação Brasileira

da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABEF) e da Cidasc. “Faremos uma avaliação da eficiência dos treinamentos, onde visitaremos parte dos frigoríficos que foram treinados para avaliar se os pontos críticos de bem-estar animal foram solucionados”, explica a Médica Veterinária Charli Ludtke, Gerente de Animais de Produção da WSPA e Coordenadora do Programa STEPS. Após essa análise, o programa seguirá para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Técnicas reduzem sofrimento dos animais

“Um final de vida mais digno”. Assim resume o Médico Veterinário Marcelo Serpa, da Cidasc, um dos primeiros profissionais do Estado a conhecer as técnicas apresentadas pela WSPA, há três anos. “Participei de um curso de dois dias em Jaboticabal, em São Paulo, a convite da Charli. Conheci as vantagens técnicas e econômicas do uso de técnicas que diminuem o sofrimento dos animais, desde o transporte nas fazendas até o abate”, conta. Segundo ele, pesquisas apresentadas comprovaram que pequenas ações resultaram em maiores ganhos aos frigoríficos. “Um exemplo: ao invés de espetar os animais e usar cães para encaminhá-los ao abate, usam-se bandeiras



para sinalização, o que reduz o estresse e diminui a incidência de hematomas”, afirma. Porém, para Marcelo, o mais importante é a diminuição do sofrimento do animal. “Escolhemos essa profissão porque temos afinidade com os animais. Com o passar dos anos, principalmente na área da inspeção, temos que lembrar sempre que não é simplesmente levá-los para o abatedouro, eles sentem dor, desconforto, medo e sede. Precisamos dar um final de vida mais digno àqueles que vão servir ao ser humano”, ressalta.

Para avaliar o bem-estar dos animais, o Conselho de Bem-estar na Produção Animal do Reino Unido (Farm Animal Welfare Council – FAWC) vem disseminando o conceito das “Cinco Liberdades”, que têm sido adotadas mundialmente: Livres de sede, fome e má-nutrição; Livres de desconforto; Livres de dor, injúria e doença; Livres para expressar seu comportamento normal; Livres de medo e estresse negativo, intenso. Os princípios básicos que devem ser observados para atender a qualidade ética no manejo pré-abate são métodos de manejo e instalações que reduzam o estresse; equipe treinada

e capacitada, comprometida, atenta e cuidadosa no manejo; equipamentos apropriados, devidamente ajustados à espécie e situação a serem utilizados e com manutenção periódica; processo eficaz de insensibilização que induza à imediata perda da consciência e sensibilidade, de modo que não haja recuperação, e conseqüentemente não haja sofrimento até a morte do animal.

Melhoria da qualidade da carne e das oportunidades comerciais

Um manejo pré-abate estressante pode influenciar negativamente na qualidade da carne, devido às alterações fisiológicas que os animais podem sofrer e manifestar após o abate. As reações induzidas pelos fatores estressantes no manejo pré-abate podem interferir diretamente na capacidade da carne reter água e alterar a coloração e pH, resultando em um forte impacto econômico no rendimento e na qualidade de produtos

derivados, conforme dados da WSPA.

Em situações de longos períodos de estresse o suíno, por exemplo, pode gastar a reserva de energia no músculo (glicogênio muscular) que possui antes do abate, o que leva à menor produção de ácido lático na carne, favorecendo o desenvolvimento bacteriano, e um aspecto desagradável à carne suína, que se apresenta escura, dura e seca, também conhecida como carne DFD (dark, firm, dry). Já em suínos submetidos ao estresse de curta duração, logo antes do abate, como por exemplo, a utilização do bastão elétrico para conduzir os animais, acelera a maioria das reações metabólicas do animal, resultando em aumento da temperatura corporal e acúmulo de ácido lático, o que leva a rápida queda do pH da carne, desnaturação das proteínas e o aparecimento de carne com característica pálida, mole e exsudativa (que não retém água) ou também conhecida como PSE (pale, soft, exsudativa).

A conquista de novos mercados para a carne catarinense, principalmente na Europa, também passa pela melhoria do processo pré-abate. Para a Zootecnista

Zootecnia

*Foco na qualidade:
da produção animal
à mesa dos consumidores*

**Parabéns!
13 de maio:
Dia do Zootecnista**

 **CRMV-SC**
CONSELHO REGIONAL DE ZOOTECNIA
ESTADO DE SANTA CATARINA
www.crmvsc.org.br

Andrea Parrilla, fiscal federal da Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA, vem ao encontro da demanda crescente, de diversos países, por produtos de animais criados com bem-estar. “O Programa Nacional de Abate Humanitário – STEPS - vem ao encontro dessa demanda, considerando também a legislação brasileira, as diretrizes da OIE, as legislações européias e o movimento global que existe hoje em relação ao bem-estar animal”, avalia. E a Cooperativa Central Oeste Catarinense Aurora é um exemplo dos resultados obtidos. “Em outubro de 2009 recebemos uma equipe de auditores europeus, sendo pelo menos um integrante da equipe especialista em auditar o cumprimento dos critérios de bem-estar animal. Com isso, a cooperação que firmamos com a WSPA em setembro, na qual treinamos a maioria dos nossos profissionais do frigorífico Aurora, permitiu termos excelente avaliação nos requisitos de bem-estar animal. Implantamos o programa STEPS e melhoramos o fluxo dos animais no abate e reduzimos as perdas econômicas ocasionadas pelo manejo incorreto dos funcionários. Agora estamos aguardando o relatório final da Comunidade Europeia e otimista para habilitar a exportação da carne suína para a Europa”, diz Eliana Bodanese, assessora técnica corporativa da Aurora, um dos maiores conglomerados industriais do Brasil e referência mundial na tecnologia de processamento de carnes, com 15 cooperativas filiadadas.

Paralelo ao STEPS a WSPA também vem desenvolvendo o trabalho político com as Comissões do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para atualizar as instruções normativas relativas ao bem-estar dos animais de produção, assim como, buscando o reconhecimento do Programa STEPS via Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Além de ser lançado no Brasil que é um dos maiores produtores de animais no mundo, o STEPS também influencia de forma positiva outras nações da América Latina para aprimorar o manejo dos animais. “Com o Programa de Abate Humanitário também estamos trabalhando na conscientização dos consumidores de carne para comprar apenas produtos que respeitem o bem-estar animal, com responsabilidade social e ambiental. Causando um impacto positivo diretamente no bem-estar de milhões de animais e demonstrando que bem-estar animal é uma tendência irreversível”, afirma Charli Ludtke.

Abate sem dor

Para um abate sem dor, 100% dos animais devem permanecer insensibilizados até que ocorra a morte, ocasionada durante a sangria. A insensibilização ocorre tão rapidamente que o animal não tem tempo de sentir dor (interpretar o estímulo doloroso).

Suínos – são conduzidos a área

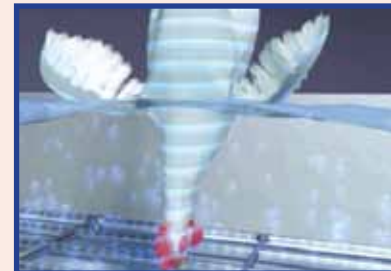
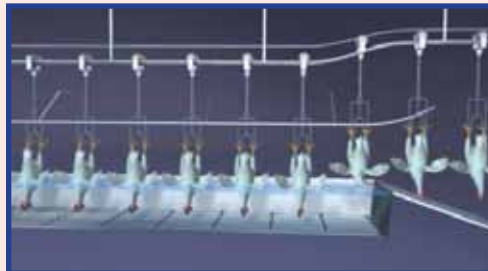


de insensibilização e imobilizados para a aplicação dos eletrodos na região das têmporas. A corrente elétrica de 1,3 ampères irá passar dos eletrodos ao cérebro interrompendo a atividade cerebral. Com isso, o suíno torna-se inconsciente.



Aves – insensibilização elétrica são penduradas pelas pernas em ganchos e mergulhadas numa cuba com água eletrificada. Quando a cabeça da ave mergulha na água a corrente

elétrica de 105 a 120 miliampères passa pelo cérebro interrompendo a atividade normal. É a corrente que insensibiliza as aves, para logo após serem sangradas e depenadas.



Bovinos - Insensibilização mecânica

Pistola de dardo cativo penetrante:

Uma pistola é posicionada para a cabeça do animal (cérebro). O dardo cativo é disparado perfura o crânio do animal e lesa o cérebro, tornando inconsciente.

Pistola de dardo cativo não penetrante :

O procedimento é muito semelhante, no entanto, o dardo não penetra no cérebro do animal, somente ocasiona um impacto no crânio que irá causar a perda da consciência e dos reflexos, semelhante a um nocaute.



Facoemulsificação

Quatro métodos de correção cirúrgica são comumente usados na correção da catarata:

1. Discissão - abertura da cápsula anterior da lente e aspiração do conteúdo líquido de dentro da cápsula. Esse método se restringe a animais jovens com catarata líquida.
2. Extração extracapsular (FEC) - remoção da cápsula anterior da lente, núcleo e córtex. A cápsula posterior, a qual é aderida ao vítreo, permanece intacta.
3. Extração intracapsular (FIC) - remoção da lente inteira incluindo as cápsulas anterior e posterior.
4. Facoemulsificação.

O sistema de facoemulsificação (FACO) consiste, primariamente, em dois componentes integrados:

- Sistema de fluxos de fluidos para irrigação, aspiração e resfriamento.
- Sistema de ultra-sonografia para a fragmentação do cristalino.

Os aparelhos são compostos de um corpo, duas canetas e um pedal. A caneta possui as funções de irrigação, fragmentação e aspiração. O corpo de aparelho possui parâmetros físicos programáveis e o pedal envia à caneta as informações que o cirurgião programa. Os impulsos elétricos produzidos pelo corpo do aparelho são enviados para a caneta, transformando-se em energia mecânica ou ultra-sônica, ao que se dá o nome de fenômeno piezoelétrico.

A facoemulsificação (FACO) recebeu maior atenção dos veterinários nos últimos dez anos, tornando-se hoje a técnica mais aceita para a remoção da lente em animais domésticos. Suas vantagens em relação às

demais técnicas incluem: manutenção da câmara anterior no transoperatório, que raramente se colapsa, redução da inflamação pós-operatória e do edema corneal, menos cicatrizações, menos astigmatismo, com reabilitação precoce e menor o tempo de cirurgia. Com a manutenção da câmara anterior, a pressão intra-ocular pode ser mantida em valores normais, diminuindo a probabilidade de hemorragia expulsiva ou de prolapso do vítreo. As limitações específicas incluem os altos custos e o tempo de treinamento do profissional.

A principal complicação, durante a operação, é a rotura da cápsula posterior da lente, com consequente apresentação do vítreo na câmara anterior. Tais intercorrências ocorrem, com maior frequência, em lentes com núcleo duro. No passado, havia quem recomendasse a facoemulsificação para a extração extra-capsular convencional, quando a natureza do núcleo não possibilitava uma boa emulsificação da lente. No presente, tal prática não tem sido mais instituída com a mesma contumácia, porquanto o aprimoramento de equipamentos e das técnicas cirúrgicas tem possibilitado a realização da facotomia pela facoemulsificação, sem grandes problemas.

A perda de células endoteliais, que se constitui evento indesejável, vem sendo gradativamente amenizada com a utilização e o aperfeiçoamento de materiais viscoelásticos. Na facoemulsificação, perdas endoteliais ocorrem de forma homogênea em toda a córnea. Na técnica extra-capsular, as perdas se dão nas proximidades da linha de incisão, e são mais significativas. Pesquisas em cães e seres humanos tem mostrado, que as lesões endoteliais decorrentes de facotomias, o são em maior intensidade em extração extra-capsular.

O tempo de aplicação da facoemulsificação deve, ainda, ser mantido ao mínimo. As maiores complicações pós-FACO são os picos de PIO (Pressão Intraocular), por vezes temporários, mas causadores de cegueira, descolamento retiniano e uveíte



Foto Arquivo Pessoal/Dr. Emílio Rodrigues Jr.

prolongada, com frequência leve, com suas complicações.

Seleção de caso

Nem todos os animais com catarata podem ser submetidos à cirurgia. Os seguintes pré-requisitos devem ser preenchidos antes da recomendação da extração da catarata:

1. O proprietário tem de estar preparado para sustentar o custo e o esforço necessário para realização dos tratamentos pré e pós operatórios e visitas de retorno ao veterinário.
2. Qualquer uveíte induzida pela lente incipiente - indicada por injeção ciliar, hipotonia, miose, alteração na coloração da íris, etc, - deve ser avaliada e tratada sob a supervisão do médico veterinário que realizará a cirurgia.
3. O fundo é examinado pelo cirurgião no início da doença, ou a eletrorretinografia é realizada para garantir que a degeneração progressiva de retina não esteja presente.
4. Nenhum outro processo mórbido ocular deve estar presente.
5. O paciente deve aceitar manipulação intensiva, pois medicações tópicas frequentes são necessárias, tanto no período pré como no pós-operatório.
6. O paciente deve estar com boa saúde geral.

Emílio F. Rodrigues Jr.

Médico Veterinário

Mestre em Oftalmologia Veterinária

emilioprontovet@gmail.com

Referências

1. Fundamentos de Oftalmologia Veterinária.

Autor: Douglas Slatter

Editora: Roca

2. Oftalmologia Clínica e Cirúrgica em cães e gatos.

Autor: José Luiz Laus

Editora: Roca



Momento da capsulotomia anterior (capsulorhexe)

Utilize a percepção do cliente a seu favor!

O impacto da comunicação não-verbal no seu lucro

Por Suelena Moraes e Marco Antonio Gioso*

O que é comunicação não-verbal? Podemos definir que é tudo aquilo que nos é comunicado através de nossos cinco sentidos, independente daquilo que é falado por nosso interlocutor. A comunicação não-verbal é responsável por 93% da comunicação entre as pessoas. A comunicação não-verbal é poderosa: funciona como uma espécie de instinto que nos protege.

Sua clínica ou consultório também estão comunicando o tempo todo de forma não-verbal com os seus clientes. Se eu indico seus ótimos serviços veterinários para uma amiga, ela, com certeza, vai procurar você quando precisar deste serviço. No entanto, se ela, ao chegar à sua clínica, sentir alguma incoerência do local com a competência que descrevi, vai preferir acreditar na percepção dela.

Muitos clientes desistem de contratar o serviço do profissional por sentir que existe incoerência entre o que o profissional diz e o que percebem em sua clínica. Por exemplo, uma pergunta que frequentemente vem à mente do cliente, entre outras, é a seguinte: “Se ele é tão bom quanto dizem, por que a recepção da clínica está nesse estado?”

O cliente analisa você através de pequenos detalhes, como pela conservação dos móveis de sua clínica, pelas revistas, ou até mesmo pela roupa de seus funcionários. Ele pensa assim porque costuma associar um profissional competente a uma pessoa de sucesso. E pessoas de sucesso não colocariam em suas clínicas móveis mal conservados e revistas velhas e rasgadas. Não deixariam os funcionários usarem roupas que não estão de acordo com o local. Não deixariam as paredes da clínica sujas e com infiltrações.

Até mesmo a fachada de sua clínica sempre estará comunicando algo ao cliente potencial que passa pela rua. Assim como a decoração interna também vai comunicar alguma coisa no momento em que o cliente chegar. O mesmo acontece com seu cartão de visitas, com a roupa de seus funcionários

ou funcionárias, com o penteado que elas usam, ou que deixam de usar... Sempre estamos comunicando algo para o cliente, o tempo todo, mesmo sem ter essa intenção. Precisamos avaliar os detalhes e fazer com que eles estejam de acordo com as expectativas de seu público alvo e assim gerar valor para seus clientes. Ou, no mínimo, não deixar que o cliente perceba menos valor em sua clínica do que você realmente tem. Isto faz com que ele ache os seus preços caros!

Alguns exemplos interessantes:

Caso real 1: A clínica “meio a meio”

Em uma consultoria em um de nossos cursos, um clínico geral de uma cidade do interior paulista entregou seu cartão de visitas. Era um cartão nobre, bonito, passava muito valor. Em seguida mostrou fotos da fachada de sua clínica, com muito vidro espelhado, granito, iluminação especial e uma placa muito imponente em aço inox. Logo conclui que ele trabalhava para uma clientela de alto poder aquisitivo, o que foi confirmado por ele. Mas a próxima foto mostrava uma sala com piso de ardósia e dois sofás de tecido estampado e amarelado pelo tempo. Ao lado de um balcão de alvenaria pintado de branco com tampo de ardósia, uma moça sorria simpática. Ela tinha os cabelos dispendentemente soltos e usava jeans desbotado com uma camiseta de malha na qual se podia ler algo do tipo: “Vote em Lelé – nº 1211”. Expliquei ao profissional que o cliente que chegasse àquela sala de espera se sentiria enganado. Existia uma incoerência muito grande entre o que o cliente percebia através do seu cartão de visita e pela fachada com o interior da clínica. Não existe problema em se ter um ambiente mais simples, desde que ele tenha coerência com o restante da clínica e principalmente com o perfil dos clientes do seu público alvo.

Caso real 2: A clínica tem mau cheiro...

Uma clínica foi construída em uma cidade do interior da Bahia. Em seguida, um cano de esgoto estourou do outro lado da rua logo à frente da fachada, e um mau cheiro sutil tomou conta da sala de espera. O colega tentou com a prefeitura local que o conserto fosse feito, mas as coisas eram complicadas demais, por isso acabou desistindo. Acostumou-se ao cheiro, que realmente não era tão forte assim e parecia não incomodar mais. Mas, de todo cliente de primeira consulta que chegava a recepcionista ouvia:

“Que cheiro é esse?”

E ela então repetia a história do cano estourado.

Nesse caso, de nada adianta dizer ao cliente que seu trabalho é muito bom. A comunicação não-verbal vai se encarregar de indicar a ele que uma clínica que cheira mal não pode ser tão boa assim... Existem muitas clínicas com mau cheiro causado por problemas na inclinação da rede de esgoto. Outras têm um cheiro contínuo de comida devido à vizinhança com restaurantes ou lanchonetes. As duas situações não são boas. Sua clínica não precisa necessariamente ter um cheiro, mas se ele existir, que seja bom e coerente com o ambiente, que agregue valor na percepção do cliente.

Caso real 3: A esterilização estava suja...

Um clínico geral resolveu colocar placas indicativas nas portas das salas



de sua clínica e passou a mostrar toda a construção aos seus clientes. Aparentemente os clientes gostavam do que viam, mas em uma pesquisa eles revelaram que achavam a sala de esterilização muito suja! Com certeza

não estava suja, apenas desorganizada, mas o cliente entendia aquilo como um risco para sua saúde. Portanto, jamais escreva “Esterilização” na porta de um local que não esteja imaculadamente limpo e organizado.

Como você pôde perceber, a comunicação não-verbal é construída através de pequenos detalhes, que fazem com que o cliente tire uma conclusão sobre o espaço e as pessoas. Tudo no mundo nos atinge através de nossos cinco sentidos, e só então temos condição de reagir e tomar nossas decisões. Além destes cinco sentidos utilizamos ainda a nossa intuição. Pare e pense em como sua clínica está se comunicando com seus clientes. Será que está passando a credibilidade necessária? Será que a comunicação não-verbal de sua clínica, de seus funcionários, de sua papelaria e a sua própria são coerentes com o que você diz e gostaria que o cliente percebesse? Observe com atenção os pequenos detalhes que aparentemente não são importantes, mas que afetam diretamente os seus clientes.

A perda de bons clientes significa a perda de receita e a queda dos lucros!

() Suelena Morais é graduada em Arquitetura, com pós-graduação em Arquitetura Aplicada à Saúde e em Ciência do Comportamento. É especializada em marketing e em decoração de interiores.*

Marco Antonio Gioso é graduado em Medicina Veterinária e em Odontologia, Mestre em Clínica Cirúrgica Veterinária e Doutor em Medicina Veterinária – Cirurgia. Presidente da Anclivepa-SP e vice-presidente da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária e da Associação Brasileira de Odontologia Veterinária. Pós-graduado em Psicodinâmica Aplicada a Negócios, ministra cursos e palestras sobre Marketing e Empreendedorismo, entre outros temas.

Legislação

Gastos com veterinários no Imposto de Renda

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6631/09, de autoria do deputado Vanderlei Macris, que inclui as despesas veterinárias nas deduções da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. A matéria tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa. A proposta altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/95, que passa a considerar “pagamentos de despesas veterinárias efetuadas no ano-calendário, pelo proprietário de animal registrado, documentalmente comprovadas”.

Segundo Macris, o objetivo do projeto é desestimular o abandono, criar incentivos para a adoção de animais de estimação e evitar o sacrifício desses animais pelos Centros de Controle de Zoonoses (CCZs). Na justificativa, o parlamentar destaca a crescente conscientização sobre a situação dos animais abandonados. “A luta contra o extermínio cruel de animais já conseguiu mudar esse procedimento condenável em muitas cidades. Além de apoiar mudanças na legislação que proíbam o simples abate de animais nos centros de controle municipais de zoonoses, precisamos apoiar iniciativas que estimulem a adoção desses animais, com o compromisso de fornecimento de alimentação adequada, assistência veterinária e vacinação”, disse.

Certificação de produtos de origem animal

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 7 de abril, o Projeto de Lei 5973/09, do deputado Antônio Roberto, que institui selo de qualidade ambiental para produto de origem animal. O autor justifica a proposição argumentando que um volume significativo de carne bovina comercializada nos supermercados brasileiros e exportada provém de animais criados em áreas ilegalmente desmatadas na Amazônia.

Segundo ele, além de causar dano ambiental, a criação de gado em condições ilegais na Amazônia pode provocar sério prejuízo ao setor, devido às eventuais restrições à comercialização da carne amazônica nos mercados interno e externo. Antônio Roberto ressalta que o selo ambiental voluntário protegerá os produtores rurais que, na situação atual, sofrem boicote de grandes redes varejistas sem se observar o devido processo legal.

Andrea Parrilla, Chefe da Divisão de Bovideocultura do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), argumenta, entretanto que a aprovação do PL 5973/09 poderá trazer sobreposição de atividades e certificações já defendidas pela esfera federal. “A posição do MAPA foi contrária à aprovação do projeto, por entender que já existem ações no Ministério para certificar produtos de origem animal ambientalmente corretos e que contemplam ainda bem-estar animal e sistemas de produção socialmente justos”, disse.

Fonte: Observador da Legislação Animal - WSPA

Apicultura é destaque nacional



Para a apicultura brasileira desenvolver-se de maneira sustentável, evitando o colapso da mesma e a queda de renda dos apicultores, é fundamental manter os plantéis apícolas saudáveis. Inicialmente, a fim de se poder traçar estratégias de prevenção, controle e recuperação em apiários com enfermidades (parasitárias, micóticas, bacterianas e virais), é preciso saber a ocorrência destas em determinada área. Até o presente momento, no Brasil, não foram feitos estudos sobre a endemicidade das doenças apícolas nem sobre suas incidências e prevalências, a fim de detectar o que é esperado ou o que seriam índices normais, moderados ou altos, para cada enfermidade nas condições agro-climáticas brasileira. Enfatiza-se que o ponto chave na manutenção e melhoria da situação sanitária de um plantel é a

vigilância sanitária exercida continuamente, de forma a detectar e agir precocemente ante a ocorrência de qualquer anormalidade sanitária.

A apicultura brasileira enfrenta sérios problemas sanitários relacionados a manejo, quer seja nos apiários (localização e instalação) ou nas colméias, nos quais as abelhas ficam expostas a agentes agressivos físicos, químicos e biológicos, diminuindo com isto sua capacidade de produção, e aumentando a mortalidade e os riscos de transmissão das patologias apícolas.

Este assunto foi o tema da palestra “Fatores que predisõem a problemas sanitários em colméias de *Apis mellifera*”, que ministrei na última edição do Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, realizado em novembro de 2009 em Porto Seguro (BA).

Pela primeira vez na história do Conbravet, a Apicultura fez parte da programação oficial do evento, com dois temas de suma importância para o setor: sanidade e alimentação. A outra palestra - “Avaliação de dietas para abelhas *Apis mellifera*” – foi ministrada pela Médica Veterinária Mara Rúbia Romeu Pinto, também da Cidade das Abelhas/Epagri SC. Esta abertura para a Apicultura em tão conceituado congresso demonstra a importância que a atividade tem no cenário da agropecuária brasileira, bem como as preocupações relativas aos problemas sanitários.

Walter Miguel
Médico Veterinário
Chefe da Epagri/Cidade das Abelhas.

Na próxima edição será divulgado o artigo da Médica Veterinária Mara Rúbia Romeu Pinto sobre “Avaliação de dietas para abelhas *Apis mellifera*”. Participe dessa seção. Envie seu artigo para imprensa@crmvc.org.br.

A obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica

A partir de abril deste ano, a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) passa a ser obrigatória para centenas de novas atividades econômicas. As empresas destes segmentos não poderão mais emitir Nota Fiscal do modelo 1 ou 1A a partir das datas fixadas no Protocolo ICMS 42/09, de 3 de julho de 2009. No primeiro grupo estão relacionadas atividades como abates, fabricação de produtos de carne; preparação do leite; fabricação de laticínios, de alimentos para animais, de medicamentos para uso veterinário; comércio atacadista de alimentos para animais; de leite e laticínios, de aves vivas e ovos, de carnes bovina, suína e derivados, de aves abatidas e derivados, de pescado e frutos do mar, de carnes e derivados de outros animais. As empresas destes segmentos estão obrigadas a emitir NF-e, modelo 55, a partir do dia 1 de abril de 2010. A medida passa a valer em julho e em outubro para centenas de outras atividades. Do setor agropecuário, apenas os frigoríficos e atacadistas que promovem as saídas de carnes frescas, refrigeradas ou congeladas das espécies bovinas, suínas, bufalinas e

avícolas eram obrigadas até então.

Em dezembro, a emissão de NF-e passa a ser obrigatória, também, a todos os contribuintes, independentemente da atividade econômica exercida, que realizarem operações destinadas a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, que qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E, ainda, as operações interestaduais, exceto, a critério de cada Estado, se o contribuinte emitente exercer exclusivamente atividades de varejo. A outra novidade é que os contribuintes Microempreendedores Individuais (MEI) foram excluídos da obrigatoriedade de emissão da NF-e.

“A medida visa ampliar a obrigatoriedade com a massificação do uso da NF-e, assim como firmar um dos mais importantes bancos de dados para estudos de reforma tributária e combate a concorrência desleal que tanto prejudica os bons contribuintes”, de acordo com o coordenador geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários

Estaduais (Encat), Eudaldo Almeida de Jesus. O projeto da Nota Fiscal Eletrônica é coordenado pelo Encat e desenvolvido em parceria com a Receita Federal do Brasil desde 2007.

Atualmente já foram autorizadas 268 milhões de NF-e, no valor de R\$ 4,8 trilhões. Santa Catarina é o 6º Estado no ranking, tendo registrado em janeiro uma média de 124,3 autorizações por dia feitas pela Secretaria da Fazenda. Em primeiro lugar está São Paulo, com 751,1 autorizações diárias - um volume três vezes maior do que o segundo colocado, Minas Gerais. Vale lembrar que a NF-e não se destina a substituir os outros modelos de documentos fiscais existentes na legislação, como a Nota Fiscal a Consumidor (modelo 2) ou o Cupom Fiscal.

Giovane Ademir Silveira
Contabilista
Sócio-Diretor da Contab
Contabilidade / Assessoria contábil do
CRMV-SC

Médico Veterinário assume Secretaria da Agricultura de SC

Em audiência com o CRMV-SC, Eroni Barbieri diz que a prioridade é a Defesa Sanitária



Fortalecer a Defesa Sanitária Animal no Estado por meio da reestruturação da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). Essa será a prioridade da gestão do Médico Veterinário Eroni Barbieri à frente da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. O anúncio foi feito à diretoria do CRMV-SC em audiência no dia 14 de abril, cinco dias antes da solenidade de posse. “Esta é a nossa prioridade. Se não, um trabalho de 30 anos pode ir por água abaixo em seis meses”, argumentou Barbieri, referindo-se à conquista de novos mercados a partir da obtenção do certificado de Zona

Livre de Febre Aftosa, pela OIE em 2007. A medida passa pela recomposição do quadro da Cidasc, nomeando os 120 Médicos Veterinários já aprovados no último concurso público, conforme determinou, em ata, a missão da União Europeia.

No encontro, o presidente do CRMV-SC, Moacir Tonet, lembrou da importância de contratação de pessoal também para a área de Inspeção, resgatando o histórico de reuniões e audiências realizadas pelo Conselho com o governo. “Não esqueça que a inspeção sanitária não está sendo feita como deveria e amanhã ou depois a União Européia irá cobrar isso também”, ressaltou o dirigente. Barbieri reconheceu a necessidade, mas enfatizou que a prioridade agora é a Defesa Sanitária Animal. “Em oito meses não vamos melhorar tudo, mas vamos mudar procedimentos e melhorar processos. A Cidasc precisa de um choque de gestão”, adiantou. E informou que a nomeação do empresário e engenheiro agrônomo Paulo

Ernani de Oliveira, para a presidência da empresa atende a essa finalidade. Oliveira foi vice-presidente e diretor da Perdigão e um dos fundadores do Sindicarne. Participaram também da audiência o vice-presidente do CRMV-SC, Albert Lang; o presidente da Anclivepa-SC e Conselheiro do CRMV-SC, Marcelo Henrique Puls da Silveira; e o presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann, todos Médicos Veterinários.

Perfil – Eroni Barbieri é natural de Seara (SC), tem 54 anos de idade, graduou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Paraná e casou-se com Márcia Regina Barbieri, atual Diretora Administrativa da Cidasc, com quem tem dois filhos (Marina e Bruno). Barbieri teve três passagens pela vida pública municipal - foi vereador por duas legislaturas e vice-prefeito de Xanxerê, no oeste catarinense. Ele acumulará a função estatal com a vice-presidência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc), cargo que ocupa há vários anos.

Congresso Brasileiro será comemorativo

Evento marcará a celebração do centenário do Ensino da Medicina Veterinária no País e dos 150 anos do MAPA

A Medicina Veterinária moderna, organizada a partir de critérios científicos, começou a desenvolver-se com o surgimento da primeira escola de Medicina Veterinária do mundo, em Lyon, França, criada pelo hipologista e advogado francês Claude Bougerlat, a partir do Édito Real assinado pelo Rei Luiz XV, em 4 de agosto de 1761. Este primeiro centro mundial de formação de Médicos Veterinários iniciou o seu funcionamento seis meses depois, com oito alunos. Cinco anos mais tarde, também na França, foi criada a segunda instituição de ensino de veterinária do mundo, a Escola de Alfort, em Paris. A partir daí, com a compreensão crescente da relevância social, econômica e política da nova profissão, outras escolas foram criadas em diversos países, totalizando, no final do século XVIII, 19 escolas, a grande maioria ainda em funcionamento.

Esta história, registrada no livro "Trajetória de conquistas – os quarenta anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina", lançado pelo CRMV-SC no final do ano passado, será lembrada na 37ª edição do Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária (Conbravet), que será realizado de 26 a 30 de julho no Rio de Janeiro (RJ). Os diretores da Escola Veterinária de Lyon e de Alfort estão entre os palestrantes do Congresso Internacional Comemorativo, alusivo aos 150 anos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aos 90 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV) e ao centenário do Ensino da Medicina Veterinária no País. O professor Stéphane Martinot, de Lyon, apresentará a conferência a "Evolução do Currículo de Veterinária em Relação à Evolução da Profissão Veterinária na Europa". E o professor André Laurent Parodi falará sobre "Uma só medicina a serviço de uma única saúde: o papel dos veterinários para o progresso da medicina e prevenção das grandes doenças das sociedades humanas". A educação veterinária nos Estados Unidos em relação a do Brasil será o tema abordado pela professora Elizabeth Martinsen, da Ohio State University (EUA).

Importante resgatar que o ensino

das Ciências Agrárias só teve início no Brasil no século XX. Houve iniciativas anteriores, como em 1875, quando o Imperador D. Pedro II conheceu a Escola Veterinária de Alfort, na França, e tentou criar uma instituição semelhante no País. Entretanto, somente em 1910, já sob regime republicano, foram estabelecidas as duas primeiras instituições de ensino de Veterinária no Brasil: a Escola de Veterinária do Exército, instituída pelo Dec. nº 2.232, de 6 de janeiro, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (hoje Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), através do Dec. nº 8.919 de 20 de outubro. Ambas instaladas na cidade do Rio de Janeiro (RJ), foram inauguradas em 17 de julho de 1914 e em 4 de julho de 1913, respectivamente.

Autoridades e especialistas brasileiros e estrangeiros participarão de debates sobre agronegócio, saúde pública, produção de alimentos, bem-estar animal, produção de biocombustíveis, proteção do meio ambiente, entre outros temas. "Os eventos constituir-se-ão em excelente oportunidade, para que o Brasil informe ao mundo os expressivos resultados da atuação do MAPA durante seus 150 anos de vida e o sucesso do ensino da Medicina Veterinária do país, bem como das pesquisas agropecuárias correlatas, que permitiram ao país alcançar a liderança na produção e exportação mundial de produtos agropecuários", avaliam os Médicos Veterinários Josélio de Andrade Moura, presidente da SBMV, e Lucio Tavares de Macedo, presidente da Sociedade de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (Somverj). Confira a programação completa no www.conbravet2010.com.br.

AGENDA

ABRIL

VI Oncovet

III Simpósio de Oncologia Veterinária

De 29 de abril a 2 de maio

Hotel Majestic, em Aguas de Lindóia (SP)

Realização: Associação Brasileira de Oncologia Veterinária e FMVZ/USP

Informações: www.abrovet.org.br

FEMI - XV Festa Estadual do Milho

De 30 de abril a 9 de maio

Parque de Exposições Rovillo Bortoluzzi, em Xanxerê
Eventos paralelos: XV Exposição da Indústria e Comércio, XVIII Exposição de Matrizes e Reprodutores de Corte e Leite, III Exposição de Bezerras e Novilhas de Gado Leiteiro, XIV Mostra de Ovinos, X Torneio Leiteiro, XI Mostra de Pássaros em Geral.

Realização: Prefeitura de Xanxerê

Informações: www.femi.com.br

MAIO

II Congresso Internacional sobre Nutrição de Animais de Estimação e IX Simpósio sobre Nutrição de Animais de Estimação

Dias 4 e 5 de maio

Centro de Convenções e Ginásio Multidisciplinar da UNICAMP, em Campinas (SP)

Realização: Colégio Brasileiro de Nutrição Animal

Informações: www.cbna.com.br

AveSui América Latina 2010

Feira da Indústria Latina-Americana de Aves e Suínos

De 11 a 13 de maio

Pavilhão de Exposições Centro Sul, em Florianópolis (SC)

Informações: www.avesui.com

I Congresso Sul Brasileiro de Produção Animal (Anisus)

De 12 a 14 de maio

Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, Chapecó (SC).

Realização: Departamento de Zootecnia do Centro de Educação Superior do Oeste da Udesc, Embrapa Suínos e Aves, Epagri de Chapecó e SBERA.

Informações: www.anisus.com.br

JUNHO

3º Congresso Latinoamericano Laveccs

De 3 a 5 de junho

Palais Rouge, em Buenos Aires (AR)

Realização: Sociedade Latinoamericana de Medicina Veterinária de Emergência e Cuidados Intensivos

Informações: www.laveccs.org

II Encontro da ABFel

Dias 26 e 27 de junho

Auditório do Parlamundi da LBV- Brasília (DF)

SGAS 915 – Lotes 75/76 – Asa Norte

Realização: Academia Brasileira de Clínicos de Felinos

Informações: www.abfel.com.br

Acompanhe a agenda do setor no site www.crmvsc.org.br

CURSOS ANCLIVEPA-SC 2010

01 e 02/05 | **Neurologia** - Palestrante: Alex Adeodato (RJ)
26 e 27/06 | **Comportamento** - Palestrante: João Telhado (RJ)

Reservas - Fone (48) 3035-4388
e-mail: curso@attitudepromo.com.br
Inscrições no local.

Secretaria do Evento
Attitude Promo: Rua Cap. Pedro Celso, 320
Barreiros CEP: 88117-600 - São José/SC
www.attitudepromo.com.br

Organizadores: ANCLIVEPA-SC, CRMV-SC, SOMEVESC, Associação Brasileira de Medicina Veterinária, Associação Brasileira de Clínicos de Felinos, Associação Brasileira de Clínicos de Canídeos, Associação Brasileira de Clínicos de Equinos, Associação Brasileira de Clínicos de Pequenos Animais Domésticos, Associação Brasileira de Clínicos de Grandes Animais Domésticos, Associação Brasileira de Clínicos de Animais Silvestres.